

A Comissão do Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e
Controle do Senado Federal, convida para o ciclo de debates

Controle público instrumento de cidadania



Data: de 08 de maio a 12 de junho

Local: Plenário da Comissão de Meio-Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
do Senado Federal - CMA



**O controle externo da administração dos
recursos no Brasil – uma visão sistêmica
e o papel do TCU**

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck
DCP/IFCH/UNICAMP
bws@unicamp.br

O controle externo da administração de recursos no Brasil

– uma visão sistêmica e o papel do TCU

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

1. As etapas do sistema de controle externo

Etapa 1: identificação de irregularidades	Etapa 2: Fiscalização da regularidade e eficiência	Etapa 3: Conclusões e consequências da fiscalização	Etapa 4: Implementação das sanções e recomendações
--	---	--	---

O controle externo da administração de recursos no Brasil – uma visão sistêmica e o papel do TCU
Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Etapa 1: identificação de irregularidades	Etapa 2: Fiscalização da regularidade e eficiência	Etapa 3: Conclusões e conseqüências da fiscalização	Etapa 4: Implementação das sanções e recomendações
<ul style="list-style-type: none">• Imperativo da seletividade• Política interna e demandas externas	<ul style="list-style-type: none">• Abrangência do controle• Critérios de controle	<ul style="list-style-type: none">• Responsabilização retroativa• Prevenção e aperfeiçoamento	<ul style="list-style-type: none">• Administração• AGU• Tribunais de Justiça• Justiça eleitoral• Ministério Público• Congresso Nacional

O controle externo da administração de recursos no Brasil – uma visão sistêmica e o papel do TCU
Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

2. Um balanço panorâmico

Etapa 1: identificação de irregularidades (o imperativo da seletividade)	Etapa 2: Fiscalização da regularidade e eficiência	Etapa 3: Conclusões e conseqüências da fiscalização	Etapa 4: Implementação das sanções e recomendações
---	---	--	---

insatisfatório

regular

satisfatório

O controle externo da administração de recursos no Brasil – uma visão sistêmica e o papel do TCU
Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Etapa 3: Conclusões e conseqüências da fiscalização
Responsabilização retroativa de agentes envolvidos em irregularidades
Cível •Multas e débitos
Administrativa •Inidoneidade administradores •Inabilitação empresas
Criminal •Representação ao MP
Política •Impugnação candidatos
Prevenção e melhoria da qualidade dos gastos públicos futuros
•Recomendações
•Bloqueio de verbas

O controle externo da administração de recursos no Brasil – uma visão sistêmica e o papel do TCU
 Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Etapa 3: Conclusões e conseqüências da fiscalização	Etapa 4: Implementação das sanções e recomendações
Responsabilização retroativa de agentes envolvidos em irregularidades	
Cível •Multas e débitos	AGU, Caixa Econômica, Fundef Tribunais de Justiça
Administrativa •Inidoneidade administradores •Inabilitação empresas	Administração
Criminal •Representação ao MP	Ministério Público
Política •Impugnação candidatos	Justiça eleitoral
Prevenção e melhoria da qualidade dos gastos públicos futuros	
•Recomendações	Administração
•Bloqueio de verbas	Congresso Nacional

O controle externo da administração de recursos no Brasil – uma visão sistêmica e o papel do TCU
 Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Etapa 3: Conclusões e conseqüências da fiscalização	Etapa 4: Implementação das sanções e recomendações
Responsabilização retroativa de agentes envolvidos em irregularidades	
Cível •Multas e débitos	AGU, Caixa Econômica, Fundef Tribunais de Justiça
Administrativa •Inidoneidade administradores •Inabilitação empresas	Administração
Criminal •Representação ao MP	Ministério Público
Política •Impugnação candidatos	Justiça eleitoral
Prevenção e melhoria da qualidade dos gastos públicos futuros	
•Recomendações	Administração
•Bloqueio de verbas	Congresso Nacional

insatisfatório **regular** **satisfatório**

O controle externo da administração de recursos no Brasil – uma visão sistêmica e o papel do TCU

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Proposições para melhorar o desempenho do controle externo, no que se refere ao impacto das ações do TCU (da etapa 3 à etapa 4)

(não são abordados aqui aspectos vinculados às etapas 1-3, inclusive a questão da composição do colegiado)

1. Melhorar a cobrança dos débitos e multas pela AGU (atualmente em torno de 1%)
2. Aplicar de forma mais extensiva sanções administrativas (inabilitação de administradores para cargos de confiança; proibição de empresas contratarem com estado; bloqueio de verbas para projetos irregulares)
3. Adequar a legislação sobre inelegibilidade, garantindo a efetiva exclusão dos inelegíveis do processo eleitoral, em função de contas reprovadas pelos TCs,
4. Sanar a sobreposição entre os processos nos TCs e na Justiça (súmula vinculante do STF)